

Finanças para a campanha



A *União do Povo Muda Brasil* está realizando uma ampla arrecadação financeira que sustenta a campanha. Os cofrinhos da campanha Lula-

Brizola já foram enviados aos Estados pelo Comitê Central do PCdoB. A arrecadação é muito importante e ajudará não só a eleger Lula presidente, como a eleger os candidatos comunistas a deputados federal e estadual. Em cada cofrinho há espaço para a colocação de adesivos das coligações dos Estados. Faça arrecadação no seu bairro, local de trabalho, em sua escola, com os amigos e onde mais for possível.

Brizola já foram enviados aos Estados pelo Comitê Central do PCdoB. A arre-

Página 2

A Classe Operária



PROLETÁRIOS
DE TODOS OS
PAÍSES, UNÍ-VOS

R\$ 1,00

Órgão Central do Partido Comunista do Brasil

Oposição nas ruas para vencer!



Um passo adiante na campanha presidencial e reforço da Frente Popular - eis o significado da passeata e do comício do dia 14, que reuniram cerca de 40 mil pessoas sob a liderança de Lula, Brizola e Arraes, no Recife.

O início dos grandes comícios

e dos programas eleitorais nas emissoras de rádio e TV colocam novos desafios e abrem novas perspectivas para os candidatos opositoristas desmascaram a demagogia de FHC. A busca pelo voto entra em nova fase

Página 3

A globalização e o domínio dos EUA

“No mundo, hoje, segundo dados da Organização das Nações Unidas, há mais de um bilhão de desempregados e subempregados, 1/6 da população do planeta. No caso do Brasil, além de estrutural, é também fe-

nômeno conjuntural”. Esta é a opinião do presidente do PCdoB, João Amazonas, em entrevista onde aborda a situação do mundo sob o império da globalização

Página 7

Presença feminina na campanha do PCdoB

O Partido Comunista do Brasil tem oito candidatas à Câmara Federal e 17 candidatas às assembleias legislativas. As campanhas das

comunistas abordam questões específicas das mulheres e têm a marca da oposição

Página 4

Parabéns Princípios!

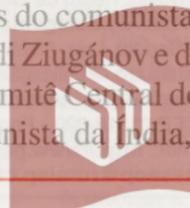
A *Princípios* chega ao número 50 em grande estilo. Numa edição comemorativa, a revista traz entrevistas com Nelson Werneck Sodré e Luis Inácio Lula da Silva. Um artigo de José Carlos Ruy sobre o conflito entre os programas que, desde a Independência, se chocam na sociedade brasileira: o velho

conflito entre a modernidade e o atraso. As palestras do comunista russo Guenadi Ziugánov e do membro do Comitê Central do Partido Comunista da Índia, Bi

gupta, no Brasil, também estão nessa edição que inclui ainda discussões sobre o racismo e a cultura globalizada nos textos de Clóvis Moura e Priscila Arantes.

Em São Paulo, o lançamento da revista acontece no dia 26 de agosto, 19 horas, no Shopping Ática, av. Pedroso de Mo-

raes, 858, 3º andar, Pinheiros. Os pedidos de assinatura e compra da revista podem ser feitos para a Editora Anita Garibaldi



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



O tostão contra o milhão

As eleições estão se aproximando e a frente *União do Povo Muda Brasil* precisa realizar uma ampla arrecadação financeira que sustente a campanha dos nossos candidatos.

Para ajudar nesta batalha, saíram os cofrinhos da campanha Lula-Brizola, que já foram enviados aos Estados pelo Comitê Central do PCdoB.

Toda a arrecadação é muito importante e ajudará não só a eleger Lula presidente, como a eleger nossos candidatos a deputados federal e estadual. Além disso, em cada cofrinho há espaço para a colocação de adesivos das coligações dos Estados.

Os cofrinhos são numerados e controlados pelo Comitê Financeiro Nacional dos partidos que compõem a *União do Povo Muda Brasil* e vêm acompanhados de um talão de controle, de preenchimento obrigatório. O apoiador que contribuir deverá devol-



Os cofrinhos já foram enviados para todo o país

ver o cofrinho exatamente onde o recebeu e este só poderá ser aberto pelo Comitê Financeiro Nacional ou pelos diretórios nacionais, regionais e municipais dos partidos da frente.

A coligação deliberou que 50% dos recursos arrecadados com os cofrinhos deverá ser obrigatoriamente depositado nas contas do Comitê Finan-

ceiro Nacional da campanha. Os demais 50% podem ser distribuídos entre os partidos e os comitês dos candidatos, de acordo com a orientação de cada partido.

“Não deixe de participar, faça arrecadação no seu bairro, trabalho, escola, com os amigos e onde mais for possível”, recomenda o tesoureiro do PCdoB, Ronald Freitas.

Bancada nota dez

Todos os deputados federais do PCdoB tiveram nota dez na avaliação do DIAP (Departamento Intersindical de Assuntos Parlamentares) no Congresso Nacional. O PCdoB foi o único partido a ter a bancada inteira com nota máxima.

O DIAP atribui nota a partir dos votos em dez matérias selecionadas das Reformas Constitucionais.

O deputado que votou a favor dos interesses dos trabalhadores ganhou um ponto por votação; o que votou contra, perdeu um e os que se absteve-

ram, ganharam ou perderam pontos, dependendo da matéria da votação. Na apreciação das emendas que recompunham as perdas salariais dos aposentados e mantinham a irredutibilidade da remuneração do servidor, por exemplo, quem se absteve perdeu pontos.

Os deputados que receberam nota dez são: Agnelo Queiroz (DF); Aldo Arantes (GO); Aldo Rebelo (SP); Haroldo Lima (BA); Inácio Arruda (CE); Jandira Fegalli (RJ); Sérgio Miranda (MG); Socorro Gomes (PA); Ricardo Gomide (PR).

CANDIDATOS COMUNISTAS

Vanessa Grazziotin



Foto: Arquivo

salarial dos professores e democratização das escolas públicas.

Através de ações judiciais, a vereadora tem exigido a aplicação do percentual mínimo de 30% para educação e mais verbas para a saúde. Assegurou o meio passe de ônibus e meia entrada em eventos culturais para os estudantes.

É também de Vanessa o projeto de lei que criou o abrigo para mulheres vítimas de violência e o projeto que cria o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

Nas eleições de 1994, Vanessa recebeu votação suficiente para ser eleita deputada federal, mas não assumiu por conta da legislação. Mas seus eleitores provaram sua capacidade, reelegendo Vanessa como a vereadora mais votada de toda a história de Manaus, com 17 mil votos.

Junto com Vanessa, o PCdoB do Amazonas pretende reeleger Eron Bezerra deputado estadual e eleger, também para a Assembléia Legislativa, Pedro Ticuna, João Gonçalves Maciel e José Valder.

Vanessa Grazziotin, candidata a deputada federal pelo PCdoB de Amazonas, é farmacêutica, tem 37 anos e está no seu terceiro mandato como vereadora em Manaus. Iniciou sua atuação política no movimento estudantil em 1980 e foi a primeira mulher a presidir o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Amazonas. Vanessa foi diretora do Sindicato dos Trabalhadores em Educação, tendo participado de importantes lutas pelo piso

Edvaldo Nogueira

Edvaldo Nogueira, candidato a deputado estadual pelo PCdoB sergipano, é referencial da unidade da esquerda e do movimento popular e democrático no Estado, sempre na linha de frente no combate aos governos de FHC e Albano Franco.

Durante seus dois mandatos de vereador em Aracaju, apoiou o movimento popular. Denunciou a privatização das estatais CVRD, Energipe, Tebrás como crimes contra a soberania nacional.

Durante a elaboração da Lei Orgânica, trabalhou com amplitude e habilidade, imprimindo um caráter avançado. Ajudou a eleição de Prefeitos e Vereadores em diversos municípios.

Foi autor da Lei Municipal de Incentivo a Cultura. Ex-



Foto: Arquivo

presidente do Diretório Central dos Estudantes, Edvaldo continua apoiando as entidades juvenis na luta por emprego, educação, cultura e lazer. Foi o autor da lei que obrigou a instalação de portas giratórias nas agências bancárias.

Ação de Jandira suspende privatização



Foto: Arquivo

Jandira Fegalli

No início de agosto a deputada federal Jandira Fegalli, depois de participar de manifestações em seis hospitais estaduais contra o projeto de terceirização pelo Estado do Rio de Janeiro dos hospitais da rede pública acompanhada de outros parlamentares entrou com uma ação na justiça. A juíza Salette Macaloz concedeu uma liminar suspendendo a privatização. Os hospitais estavam se negando a continuar o atendimento aos pacientes considerados “não-

lucrativos”. A candidata a deputada estadual Deise também participou das manifestações nos hospitais Pedro II, Albert Schweitzer, Rocha Faria, Carlos Chagas e Getúlio Vargas, além de atos em frente aos prédios do Ministério da Saúde e Tribunal de Contas do Estado.

O deputado estadual do PCdoB Edmilson Valentim, candidato a reeleição, depois de inaugurar o Comitê Ferroviário na zona oeste do Rio, que reuniu grande número de lideranças ferroviárias e comunitárias, Edmilson Valentim inaugurou outros dois importantes comitês, representativos dos metalúrgicos e dos químicos.

Os jovens militantes do Partido estão atuando junto aos candidatos a deputado federal e estadual, Fernando Gusmão e Marcinho. Os dois participaram da passeata pacífica do movimento funk no centro do Rio, contra a proibição da entrada de menores de dezoito anos nos bailes funk, que mobilizou cerca de dois mil funkeiros.

Marcinho e Fernando Gus-



Leandro Schillpake

Fernando Gusmão

mão captaram o sentido político do movimento e o apoiaram de maneira participativa e consciente. Todo fim de semana os dois candidatos participam dos bailes funks no Grande Rio.

O Forró do Gusmão, que acontece todos os meses em Santa Teresa, tem sido um atrativo para centenas de jovens. Marcinho e Gusmão inauguraram, no dia 14, um comitê na Universidade Gama Filho, com um pagode que reuniu mais de mil jovens estudantes.

Homenagem a mártires chilenos

Será realizada, no dia 4 de setembro, sessão solene da Assembléia de São Paulo em homenagem ao povo chileno. A sessão foi proposta pelo deputado Jamil Murad (PCdoB/SP), em lembrança aos 25 anos da morte de Salvador Allende, Pablo Neruda e Victor Jara.

Em 11 de setembro de 1973 o presidente Salvador Allende foi morto, defendendo a democracia e o mandato popular para o qual os chilenos o haviam eleito três anos

antes. Em 19 de setembro, o cantor Victor Jara, foi assassinado diante de 5000 prisioneiros no Estádio Chile.

No dia 23 de setembro do

mesmo ano, morria o poeta chileno Pablo Neruda, atormentado pelo sofrimento de ver seu povo humilhado e injustiçado.

EXPEDIENTE

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - Edição: Guiomar Prates (Mtb 7061/31/04v), Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 - SP) e Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL) **Estagiária:** Gabriela Mendonça. **Editoração Eletrônica:** Sandra Luiz Alves - **Administração:** Franczyrose de Andrade Matarazzo. Publicação quinzenal da *Editora Jornalística A Classe Operária* - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo/SP - CEP 01318-020 - Fone: (011) 3104 4140 PCdoB na Internet: <http://www.pcdob.org.br>, E-mail: classeop@ruralsp.com.br

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grunfeld



A campanha eleitoral entra em nova fase, com o início dos grandes comícios e dos programas nas emissoras de rádio e TV. A conquista do voto para os candidatos majoritários e proporcionais envolve igualmente a abordagem direta do eleitor

Comício reúne 40 mil em Recife

Luciano Siqueira*

Um passo adiante na campanha presidencial e reforço da Frente Popular - eis o significado da passeata e do comício do dia 14, que reuniram cerca de 40 mil pessoas sob a liderança de Lula, Brizola e Arraes, no Recife. "A maior manifestação da campanha da *União do Povo, Muda Brasil* até o momento", acentuou Ricardo Capelli, presidente da UNE.

Os acontecimentos do dia 14 representam importante fator de emulação da militância e do despertar do interesse no eleitorado. Um fato novo, capaz de impulsionar a campanha justamente no Recife e cidades vizinhas, onde a coligação comandada pelo PFL ainda se apresenta em vantagem quanto às intenções de voto registradas nas pesquisas. A força eleitoral do governador Arraes no interior ainda não é suficiente para suplantar o seu principal adversário no câmpo geral do Estado. Já o candidato ao senado, deputado federal Humberto Costa, dispara com o dobro das intenções de voto do candidato do PFL, José Jorge; e Lula tem leve vantagem sobre FHC no Recife. A Frente Popular ainda tem que arrostar os grupos do PT que recusam-se a fazer

campanha para Arraes.

"As imagens das manifestações de massas, como passeata do dia 14, postas na TV têm efeito reprodutor importante. Estimula o cidadão a dar vazão à sua revolta, que se encontra latente", observa o publicitário Guido Bianchi, dirigente do PCdoB em Pernambuco.

Foram muito fortes as cenas de Lula, Brizola e Arraes nas ruas do Recife. Ao colorido das bandeiras, somaram-se bonecos gigantes de Olinda, meninos de pernas-de-pau, estandartes de maracatus e troças carnavalescas. Trabalhadores rurais, vindos em caravanas da Zona da Mata, juntavam-se a estudantes, moradores de bairros populares, intelectuais, artistas, dirigentes nacionais dos partidos, como Renato Rabelo do PCdoB e José Dirceu, do PT.

Em Pernambuco, as disputas pelo poder político sempre foram acirradas. Não raro violentas, especialmente quando mescladas de um irredentismo face ao governo federal. É justamente essa tradição de luta que o governador Arraes procura acentuar agora, "a maior discriminação jamais vista na História em relação a Pernambuco", citando procedimentos do governo Fernando Henrique Cardo-

Foto: Arquivo



Lula na passeata realizada dia 14 em Recife: novo ritmo na campanha

so com graves consequências na vida do povo. Programas nas áreas sociais têm o repasse de verbas interrompido. Projetos considerados estruturadores da economia, como o da refinaria de petróleo e a construção da ferrovia Transnordestina, são torpedeados por ingerência direta do vice-presidente da República, Marco Maciel. A refinaria recentemente foi anunciada para o porto de Pecem, no Ceará, a despeito da enorme

desvantagem que guarda em relação ao porto de Suape, no litoral sul de Pernambuco. A Transnordestina simplesmente não sai do papel.

Ao discursar, o governador prestou homenagem ao Frei Caneca, herói e mártir da Confederação do Equador, em 1824, "um dos primeiros a afirmar perante o mundo que somos uma Nação e que devemos ser donos do nosso destino. Querem transformar a Nação brasileira num sim-

ples território, sob jugo estrangeiro, e temos que reagir", disse. Para Lula, o governo de FHC serve aos interesses estrangeiros e ao capital financeiro: "O governo federal diz que não tem dinheiro para a educação e a saúde, mas na hora de ajudar os banqueiros o dinheiro aparece, como aconteceu com o Proer", denunciou.

*Presidente do PCdoB/PE, colaborou Renata Stdaler

Desnacionalização ameaça o Brasil

Luciano Coutinho*

O processo de desnacionalização da economia brasileira vem avançando de forma rápida e descontrolada. Empresas líderes de setores industriais importantes (e.g. autopeças, eletrodomésticos, produtos alimentícios industrializados, produtos de higiene e limpeza, bebidas, bens de capital e até agroindústrias) vem sendo alienadas a grandes grupos estrangeiros a cada semana. O processo também ganha força no setor bancário (caso recente do Banco Real) e nos serviços públicos em processo de privatização (energia elétrica, transportes e, recentemente nas telecomunicações).

A desnacionalização maciça tem os seguintes efeitos deletérios: 1) enfraquece a capacidade do Estado brasileiro de defender e promover os interesses estratégicos do país (e.g. contrapor-se a Alca); 2) transfere para os países centrais importantes centros de decisão a respeito de investimen-

tos e de estratégias de exportação; 3) cria fluxo permanente de remessa de lucros e dividendos de moeda forte, em troca do ingresso episódico de capital para aquisição de empresa, em geral a valor subestimado, debilitando as nossas contas externas; 4) dado que as grandes empresas transnacionais concentram suas atividades de pesquisa tecnológica nas respectivas matrizes, a desnacionalização leva ao fechamento e à rarefação dessas atividades no Brasil, condenando o país a uma subordinação estrutural na divisão internacional do trabalho; 5) a desnacionalização tende a diluir ou eliminar marcas nacionais cujo desenvolvimento consumiu muitos anos de esforço e trabalho (algumas já estavam em processo de fixação em mercados estrangeiros); 6) cada vez mais a sustentação de exportações depende de grandes empresas internacionalizadas, capazes de operar no exterior com estruturas de comercialização, montagem, marketing etc.

A alienação de empresas líderes nacionais com potencial de atuação internacional tende a enfraquecer o nosso potencial exportador que é, hoje, fator chave para a retomada do crescimento sustentável; 7) a desnacionalização do sistema Telebrás trará graves consequências para a produção de teleequipamentos e para a prática de atividades tecnológicas (CPqD) no país; 8) No caso da Embratel, enfraquece-se, diretamente, a soberania em matéria de comunicações internacionais; 9) o avanço da desnacionalização dos bancos comprometeria seriamente a capacidade do Banco Central em controlar os fluxos de capitais, aprofundando a dependência financeira.

Esta onda maciça de desnacionalização é consequência direta da forma equivocada de condução do programa de estabilização, notadamente da elevadíssima taxa de juros. O juro altíssimo e a ausência de mecanismos de capitalização das empresas nacionais

deprime o valor do capital para os acionistas brasileiros. Como o custo do capital é mais alto (mesmo para a grande empresa brasileira com acesso ao mercado internacional), ao descontar o fluxo futuro esperado de lucros para o presente, usando uma taxa de juros elevada, o empresário brasileiro chega a um valor do seu negócio inferior ao calculado por uma empresa estrangeira, que tem custo de capital mais baixo. Cria-se, assim, um incentivo para que o empresário nacional venda, pois subestima o valor de sua empresa, e para que o estrangeiro compre. Outros fatores relevantes são os significativos déficits governamentais externo e interno. A necessidade de atrair, continuamente, recursos financeiros dos mercados de capitais torna o governo dependente e o obriga a vender as nossas empresas públicas a capitais estrangeiros. Em resumo, o diferencial de juros e a posição de dependência financeira dos mercados financeiros são os combustí-

veis da desnacionalização. No caso dos juros, o remédio seria neutralizar esse diferencial através do BNDES (reduzindo a TJLP) e criando novos mecanismos de capitalização para o capital nacional. Esse apoio às empresas nacionais deveria ser, entretanto, condicionado à prática de pesquisa tecnológica, treinamento e qualificação dos trabalhadores e a um firme desempenho exportador.

Se não for detido através de uma mudança profunda de política econômica, o atual processo de desnacionalização incentivado pelo governo FHC debilitará profundamente o Estado brasileiro, minará a competitividade da economia, nos condenará ao atraso tecnológico e a uma estrutura de empregos de baixa sofisticação. Trata-se da negação da possibilidade de um projeto nacional de desenvolvimento.

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

*Economista



O PCdoB é um dos partidos que têm o maior número de candidatas. Do total de candidatos comunistas às assembleias legislativas 21% são mulheres e, para a Câmara Federal, 20%. Afinadas com o discurso de oposição, elas não esquecem suas bandeiras específicas

Em busca de espaço e do voto

Guiomar Prates

Elas ocuparam muitos espaços nas últimas décadas, principalmente no mercado de trabalho. Provaram que são capazes. Mas ainda há muita resistência e várias são as dificuldades quando se trata de eleições para o parlamento ou para o executivo.

A deputada Marta Suplicy, candidata ao governo do Estado de São Paulo e uma das autoras da lei que prevê uma cota de 25% de candidaturas femininas, não se surpreende com o fato dos partidos não terem conseguido cumprí-la: "Sabíamos que o aumento seria lento", diz, observando que nos países em que as mulheres conseguiram maior espaço, isso aconteceu por ação dos partidos ou por cotas.

O Congresso brasileiro tem apenas 7% de mulheres, um dos índices mais baixos do mundo (quadro 1). O número de candidatas a deputadas federais e estaduais é ainda pequeno. O Distrito Federal tem 20% de candidatas mulheres mas, em geral, esse percentual fica em torno de 10% (quadro 2).

Nas eleições de 1996, a cota de mulheres também não foi respeitada, mas o número de vereadoras aumentou de 8% para 11%. Agora, as previsões são de que as mulheres cheguem a 10% dos congressistas.

Realidade da mulher

A observação das campanhas de candidatas mulheres mostra que seus discursos aproximam-se da realidade da mulher, marcada pela dupla ou tripla jornada de trabalho. Elas denunciam a violência doméstica, lutam pelos equipamentos sociais, como creches, que tornariam menos pesada a carga de responsa-



Jô Moraes, MG



Jussara Cony, RS



Lia Kleine, SC



Luciana Santos, PE



Tania Soares, SE



Liza Prado, MG



Denise Carvalho, GO



Socorro Gomes, PA

bilidade que é jogada sobre as costas femininas. Também sobre as candidatas recaem as mesmas dificuldades e, muitas vezes, elas têm que enfrentar a oposição dentro da própria casa para se candidatar. São maridos e filhos que reclamam atenção e nem sempre se conformam em ter em casa uma esposa ou mãe que seja figura pública. Superar esta realidade exige muita determinação.

As candidatas comunistas vão além das especificidades das mulheres e centram seus discursos em questões que envolvem o poder. Para a presidente da União Brasileira de Mulheres (UBM), Liège Rocha, as mulheres já provaram que têm competência tanto quanto os homens. Mas ela reconhece que não basta ser

mulher para ser melhor ou para ter mais votos.

Entre os partidos que disputam o pleito deste ano, o PCdoB é um dos que tem o maior número de candidatas mulheres. No cômputo geral, do total de candidatos comunistas às assembleias legislativas 21% são mulheres e, para a Câmara Federal, 20%. Na atual legislatura, o PCdoB tem duas deputadas de um total de nove.

Entre as candidatas do PCdoB, a maioria é liderança consolidada.

Duas delas já atuam na Câmara Federal e são consideradas excelentes parlamentares. Socorro Gomes (PA) concorre ao segundo mandato. Destaca-se pela luta em defesa da Amazônia, da biodiversidade e contra as privatizações. Jandira Feghali é médica, recebeu 100 mil votos para deputada estadual do Rio de Janeiro, em 1987 e concorre ao terceiro mandato à Câmara. Sua marca é a defesa dos direitos das mulheres e dos trabalhadores.

Tania Soares, jornalista e funcionária pública, é vereadora do PCdoB em Aracaju (SE). Também se destaca combatendo a violência e discriminação contra as mulheres.

A candidata do PCdoB no Rio Grande do Norte, Eveline Guerra, foi vice-prefeita de Natal, entre 93 e 96. Ela já

Quadro 2
Nos dez Estados que concentram a maior parte do eleitorado, a proporção de candidatas continua pequena

Estado	Mulheres candidatas
Distrito Federal	20%
Rio de Janeiro	15%
São Paulo	13%
Paraná	12%
Ceará	12%
Pernambuco	11%
Bahia	10%
Minas Gerais	10%
Rio Grande do Sul	9%
Santa Catarina	9%

foi presidente da União de Mulheres de Natal e do Sindicato dos Trabalhadores em Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto do Rio Grande do Norte.

Em Florianópolis (SC), Lia Kleine é a única vereadora da cidade e concorre à Câmara Federal. É diretora da UBM Mas a marca de sua campanha é ser de oposição.

Outra vereadora, em extremo oposto do país, recebeu, em 96, a maior votação da história de Manaus (AM), 17 mil votos. Ela é Vanessa Grazziotin, a primeira mulher a presidir o Diretório central dos Estudantes da Universidade do Amazonas. Vanessa atua ainda no Sindicato dos Trabalhadores em Educação.

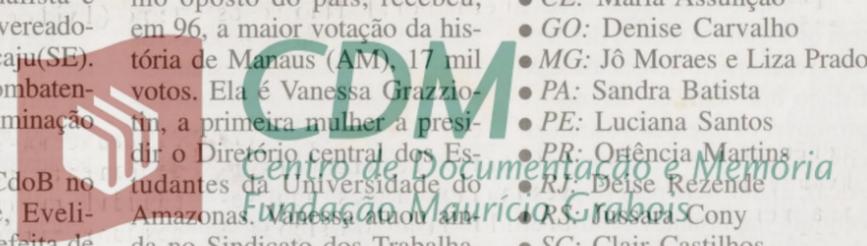
O PCdoB tem ainda outras duas candidatas à Câmara Federal: Jania Vieira, no Ceará, é diretora do Sindicato dos Bancários e atua no Centro Popular da Mulher, e Francilene Rodrigues, em Roraima.

Concorrendo às assembleias legislativas, o PCdoB tem 15 candidatas.

- BA: Alice Portugal, Rita Rodrigues, Francisca Brasília e Kelly Magalhães
- CE: Maria Assunção
- GO: Denise Carvalho
- MG: Jô Moraes e Liza Prado
- PA: Sandra Batista
- PE: Luciana Santos
- PR: Otência Martins
- RJ: Deise Rezende
- RS: Jussara Cony
- SC: Clair Castilhos
- SP: Suely Torres e Majô

Quadro 1

País	Porcentagem de mulheres no Congresso
Suécia	40%
Noruega	39%
Nova Zelândia	29%
Alemanha	26%
Estados Unidos	20%
Itália	11%
França	10%
Brasil	7%
Uruguai	7%
Paraguai	6%





Desemprego e precarização no pacote eleitoreiro de FHC

Altamiro Borges

“Essas medidas são simples: reduzem-se os salários, os direitos sociais, a garantia de horas de trabalho, das férias, do repouso remunerado. É a consagração dos bóias-frias. Da mão-de-obra gradativamente mais barata, até se tornar escrava”. Esse trecho, com a corrosiva contundência do escritor Carlos Heitor Cony, explica o conteúdo das medidas do governo para “combater o desemprego”.

A maioria das propostas não passou de vagas intenções. Outra parte feriu abertamente a Constituição. Já a Medida Provisória 1.709, que trata da minijornada e do banco de horas, teve que ser revisada devido à reação da sociedade. “O pacote do governo contra o desemprego é formado de dois terços de declarações eleitoreiras, sem nenhuma aplicação prática, e um terço de bobagens” - ironizou o empresário Mário Bernardine.

Minijornada e banco de horas

A minijornada, com a duração de até 25 horas semanais, representaria uma corte de 40% nos míseros salários dos trabalhadores - num afronta à Constituição, que no seu artigo 7º determina a “irreduzibilidade salarial” e afirma que a redução da jornada só pode ser feita via convenção ou acordo coletivo. Ela golpeia o direito de férias - que seria, por exemplo, de “oito dias para a



jornada semanal igual ou inferior a cinco horas”.

Já o banco de horas aumenta o prazo desta armadilha contra os assalariados. Atualmente, as horas trabalhadas a mais não são pagas como extras, mas compensadas no período de quatro meses. A nova MP amplia o prazo para um ano. No período de “safra”, as empresas elevam a jornada diária, sugando a força de trabalho; na “entre-safra”, na fase de queda nas vendas, elas compensam com folgas. Reduzem seus custos - evitando novas contratações e não pagando horas-extras.

Essas propostas representam maior arrocho e deterioração das condições de trabalho. A da “minijornada” pode gerar uma nova onda de demissões - com a dispensa dos funcionários contratados com as regras atuais para usufruir das novas vantagens. Diante

da resistência, o ministro do Trabalho, Edward Amadeo, aceitou rever os termos da MP - incluindo os sindicatos na negociação - jogando mais um abacaxi nas mãos dos sindicalistas. Só a Força Sindical gostou da idéia.

Demissão voluntária e substituição das multas

O governo FHC anunciou outras propostas cômicas - se não fossem trágicas. Uma delas instituiria a “demissão voluntária” - com a suspensão do vínculo empregatício por cinco meses. É mais uma cópia do modelo de flexibilização dos EUA - o chamado *lay-off*. Beneficia o patronato, que não precisaria mais pagar os direitos pela rescisão contratual. A proposta também serviria para camuflar o desemprego nas estatísticas oficiais.

Outra proposta reduz os depósitos das empresas para o

FGTS de 8% para 2%. Essa medida já havia sido rejeitada no Parlamento quando da votação do contrato temporário de trabalho. Mas o governo não desistiu - no seu afã de “reduzir os custos do trabalho para favorecer a competitividade das empresas”. Em 97 o FGTS já teve um déficit de R\$ 700 milhões, devido ao aumento das retiradas decorrente do desemprego. Há estimativas de que neste ano o fluxo fique negativo em R\$ 1 bilhão. Com a redução da alíquota, o FGTS teria que paralisar de vez o financiamento para os seus programas de habitação e saneamento básico.

O governo também sugere a anulação das multas aplicadas às empresas pelo não cumprimento da lei trabalhista e dos dissídios e acordos coletivos. Elas seriam substituídas por “advertências”. E há ainda a insistência do Planalto em alterar a legislação sindical - acabando

com a unicidade, com as contribuições compulsórias e com o poder normativo da Justiça do Trabalho. Tudo de acordo com certos discursos existentes no próprio meio sindical, mas com o objetivo evidente de pulverizar os sindicatos e estrangulá-los financeiramente. Tal insistência deveria servir para alertar alguns sindicalistas “inocentes”.

As medidas flexibilizariam a legislação trabalhista existente, seguindo uma tendência mundial. Essa experiência tem sido questionada pela OIT (Organização Internacional do Trabalho). Elas resultam no aumento das demissões e na precarização do trabalho. O contrato temporário, aprovado em janeiro, até agora resultou em apenas 2,6 mil novos contratos ... no mesmo período o desemprego atingiu 1,662 milhão de trabalhadores na região metropolitana de São Paulo - 19% da População Economicamente Ativa.

Greve no Porto de Santos desmascara privatização

Lilian Martins*

No dia 10 de agosto o Porto de Santos (SP) amanheceu em greve. A paralisação foi declarada porque o TST, julgando recurso apresentado pelo Sindicato dos Operadores Portuários (patronal), reduziu as diárias pagas a motoristas de guindastes e empilhadeiras de R\$22,00 para R\$17,00 e para operários portuários de R\$20,00 para R\$15,00, apesar de estar em vigor Acordo Coletivo entre operadores e trabalhadores.

Em 1993, entrou em vigor a Lei 8630 alterando o regime de exploração portuária, que passou a ser privada, e as relações de trabalho. Os trabalhadores passaram a ser avulsos, registrados ou cadastrados no Órgão Gestor de Mão de Obra (OGMO).

Mas estas alterações não reduziram os custos para as exportações e importações. No dia 9 de agosto o jornal *Estado de São Paulo* informou que, apesar de 95% das operações portuárias em Santos já terem sido privatizadas, os custos do Porto de Santos não baixaram. Os proprietários de navios embolsaram os ganhos decorrentes das reduções de custos. O Ministro do Transporte, Edson Padiilha, candidamente, comentou: “estamos tentando convencê-los a distribuir soci-

almente com os usuários do porto os ganhos obtidos”.

No decurso da greve, os trabalhadores invadiram o armazém da LIBRA e o TECON (Terminal de Containers) que descumprem expressamente a Lei 8630, tentando operar sem a utilização de mão de obra cadastrada no OGMO. Segundo o próprio Consórcio Santos Brasil, arrendatário do TECON, eles praticam salários, para seu pessoal efetivo, duas vezes mais baixos que os pagos aos cadastrados.

A greve dos portuários mais uma vez põe a nu os objetivos das privatizações: reduzir os salários, os empregos e os direitos dos trabalhadores, submetê-los a jornadas desumanas, desmontar a estrutura sindical. Colocar sob responsabilidade do Estado as grandes obras de infraestrutura necessárias à melhoria das operações, como a drenagem do estuário, o túnel entre Santos e Guarujá, em benefício de grandes monopólios internacionais.

A “Justiça” determinou a desocupação do armazém da LIBRA e do TECON. Os motoristas de guindastes e empilhadeiras retornaram ao trabalho dia 14 de agosto. Os operadores de guindastes e empilhadeiras retornaram ao trabalho dia 19.

Presidente do PCdoB/Santos

O avanço da crise sobre os “países emergentes”

Umberto Martins

A moratória russa e o colapso do rublo evidenciaram uma vez mais o avanço implacável da crise econômico-financeira do capitalismo e a forma como castiga as nações dependentes ou os “países emergentes”, conforme a classificação do FMI e Banco Mundial, a cada dia mais irônica.

A crise da dívida externa agora é mais global e foi detonada a partir da Ásia. Durante a maior parte dos anos 70, verificou-se uma grande oferta de crédito no mercado internacional, fato que estimulou uma orgia de endividamento. No rastro das altas de juros norte-americanas, o crédito acabou para muitas nações dependentes. Na seqüência, tivemos a crise da dívida externa (impulsionada pela moratória mexicana de 1982), cujo rebento, na América Latina, foi a “dé-



Russo observa cotação do rublo cada perda”. Na Ásia, a história foi diferente.

Nos anos 90, em condições agravadas, algo parecido ocorreu no mercado financeiro internacional. Não só os empréstimos foram fartos. O fluxo de capitais das potências imperialistas para os “emergentes” foi engrossado pelo avanço dos chamados investimentos diretos, aqui sobretudo para aquisições e aplicações especulativas de curto prazo (o capital volátil).

A crise detonada na Ásia significa que a época das vacas gordas acabou. O dinheiro para os “emergentes” vem se tornando mais raro e caro. O perfil da dívida também muda para pior. Os prazos de pagamento se reduzem, enquanto aumenta o valor dos encargos, precipitando ajustes cambiais bruscos (para não dizer brutais), como o russo.

No Brasil - que mantém a aparência de estabilidade monetária -, a vulnerabilidade aumentou expressivamente, como se pode deduzir pelo vertiginoso crescimento do passivo externo (dívida e outras obrigações com países estrangeiros) de 77% durante o governo FHC. Aqui, a questão do ajuste cambial tornou-se uma questão de manter as aparências de estabilidade monetária, ancorada nos juros estratosféricos e no câmbio valorizado, pelo menos até as eleições.

Foto: Arquivo

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



AS LUTAS DE CLASSE E A TEORIA MARXISTA

Retificações e atualidade de um manifesto de 150 anos

Augusto César Buonicore

As experiências das lutas operárias que sucederam a redação do *Manifesto do Partido Comunista* fizeram com que Marx e Engels desenvolvessem, ou mesmo retificassem, algumas teses daquele importante documento.

A primeira retificação, feita no prefácio de 1872, é relacionada com a teoria de Estado socialista: não bastava ao proletariado tomar a máquina do Estado burguês, era preciso destruí-la e substituí-la por outra. A partir daí, desenvolvem o conceito de "ditadura do proletariado".

Em 1848, Marx e Engels ainda consideravam que a revolução só poderia triunfar se ocorresse simultaneamente em uma série de países capitalistas desenvolvidos (não necessariamente no mais desenvolvido).

Neste ponto Lênin faria outra atualização. Analisando o desenvolvimento do capitalismo nos últimos anos do século passado, e nos primeiros anos deste século, concluiu que o capitalismo havia chegado a uma nova etapa: a do imperialismo. Nesta nova fase a ruptura revolucionária deveria se dar nos elos mais fracos da cadeia imperialista. As revoluções populares e socialistas do século XX confirmaram as teses de Lênin.

Outra tese do *Manifesto* que seria retificada era sobre a tendência de pauperização absoluta do proletariado sob o capitalismo. Uma tendência à redução constante dos salários até o limite da mera sobrevivência do operário e o aumento da jornada de trabalho. Em obras posteriores o próprio Marx chegaria à conclusão de que a tendência do capitalismo era a pauperização relativa do proletariado assentada na extração da mais-valia relativa.

A particularidade do documento, um programa para uma organização internacional, levou Marx a utilizar como referência o que seria o modo de produção capitalista na sua forma mais pura, ou seja, a Inglaterra de seu tempo. O desenvolvimento capitalista na Inglaterra havia praticamente eliminado os camponeses e criado uma classe operária numerosa e concentrada em grandes fábricas. A simplificação da estrutura e da luta de classes, com o crescimento da polarização entre proletariado e burguesia, era evidente no caso inglês.

No entanto, as formações sociais dos outros países capi-

talistas eram muito mais complexas. Era preciso ter em conta o conjunto de outras forças sociais que atuavam naquelas sociedades: os camponeses, os latifundiários, a pequena burguesia urbana e as diversas frações da burguesia (industrial, financeira, comercial) e, dentro de cada uma dessas frações, a divisão entre a grande e a média burguesia. Na quase totalidade desses países a classe operária moderna ainda constituía minoria da população.

Marx e Engels levaram isto em conta quando da redação do seu capítulo IV do *Manifesto*, no qual indicam táticas e estratégias diferentes para cada país europeu onde atuavam as forças socialistas.

Uma das partes mais criticadas do *Manifesto* é aquela em que os autores expõem a sua noção sobre o que seja o Estado burguês: "O Estado moderno é o comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa". Os socialdemocratas afirmam que esta noção é limitada e não capta a complexidade do Estado democrático moderno, que estaria aberto para a participação dos trabalhadores organizados.

Este enunciado sintético traduz o que é essencial para a construção de uma teoria do Estado em geral e do Estado capitalista em particular. O conceito geral permite que captemos a essência de todo e qualquer tipo de Estado (escravista, feudal, capitalista e socialista), mas ele não pode explicar por si só nenhum Estado determinado. É preciso, em todos os casos, ter em conta as leis específicas que regem a construção e manutenção de cada Estado em particular. Todo Estado é um instrumento de dominação de uma classe sobre outra, mas nem todos exercem este poder da mesma forma.

Atualmente, os teóricos da pós-modernidade afirmam que o *Manifesto* perdeu a atualidade porque o trabalho deixou de ser uma categoria central para compreensão da sociedade capitalista e por conseguinte o proletariado teria perdido o seu papel estratégico no pro-

cesso de transformação social. A principal prova seria a redução tendencial do número de operários fabris, fenômeno ocasionado pelas mudanças radicais ocorridas no mundo da produção.

O papel revolucionário da classe operária está ligado ao seu insubstituível papel no mundo da produção capitalista de valorização do capital graças ao espaço especial que ocupa no processo produtivo.

Para Marx, a dimensão de uma classe não era uma condição necessária para que ela pudesse assumir um papel revolucionário. A burguesia era uma classe composta por uma minoria desprezível da população quando realizou as suas revoluções nos séculos XVIII e XIX. A própria classe operária constituía a minoria da população da Rússia em outubro de 1917 quando da realização da primeira revolução proletária vitoriosa.

Mesmo reconhecendo que houve uma redução percentual dos operários fabris tradicionais nos países capitalistas centrais, nada nos leva a crer que a classe operária tradicional esteja em fase de desaparecimento. As estatísticas disponíveis ainda apontam para o crescimento do número de operários fabris, graças à rápida industrialização de alguns países asiáticos. O aumento do número de operários nesta região, até hoje, tem compensado amplamente a sua redução na Europa e EUA.

Ainda mais: Se concordarmos com a definição ampliada de proletariado, exposta em uma nota de Engels ao *Manifesto*, na qual afirma que proletariado seria "a classe de trabalhadores assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviverem", chegaremos à conclusão que as tendências do mundo atual apontam no sentido oposto ao indicado pelos teóricos pós-modernos: vivemos ainda um processo de ampla proletarização do mundo.

Da Comissão Nacional de Formação do PCdoB



HISTÓRIA DA LUTA PELO SOCIALISMO 6

O batismo de fogo

Bernardo Joffily

A França em 1871 já vivia em grande medida em uma economia capitalista – embora a maioria da população vivesse no campo. Além disso, as transformações políticas burguesas tinham seguido ali um caminho radical e conturbado: a grande Revolução de 1792-1799, as Guerras Napoleônicas, a Revolução de 1830 e a de 1848 (ver o artigo 2 desta série). Em seu conteúdo básico esses movimentos tinham sido antifeudais, democrático-burgueses. Mas tinham também contado com maciça participação das classes trabalhadoras, inclusive o jovem proletariado francês, esmolado como nenhum outro em insurreições e barricadas.

Apesar de tantas revoluções, o processo francês terminara truncado, desembocando no golpe de 1852 e no regime imperial "cesarista" (ditatorial) de Napoleão III. Em 1870 "Napoleão, o Pequeno" (apelido dado pelo escritor Victor Hugo) envolve-se numa desastrosa guerra com a recém-unificada Alemanha. Após a derrota estratégica de Sedan, o imperador cai, vem a República, mas a guerra continua e os alemães já estão às portas da capital. Os operários se armam, na Guarda Nacional, para defender Paris. Já o governo republicano de Thiers foge para Versalhes e assina um armistício com os alemães que é uma capitulação.

Uma semana de heroísmo até cair a última barricada

Uma tentativa de desarmar os operários precipita a insurreição. Em 15 de março de 1871 o Comitê Central da Guarda Nacional, em aberto desafio a Thiers, convoca a eleição do Conselho da Comuna, realizada dia 26. Os deputados eleitos ganham o mesmo que um operário comum e seus mandatos podem ser revogados a qualquer momento pelos eleitores. A influência marxista é minoritária no movimento, predominam os blanquistas.

O movimento começa a se estender às cidades de Marselha, Lyon, Toulouse e Saint-Étienne, mas a grande massa camponesa permanece apática. Já o governo de Versalhes, tão cordato no tratamento com o invasor alemão, não hesita em lançar o ferro e fogo. Thiers pro-



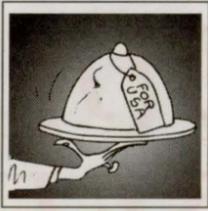
Execuções de comunardos

clama, declara e repete que "a conciliação é impossível". O exército francês, com a ajuda das tropas alemãs que ainda ocupam os arredores de Paris, entra na cidade em 21 de maio. A resistência comuneira é heróica, mobilizando homens, mulheres, crianças. O combate desigual dura uma semana, até a queda das últimas barricadas nos bairros operários, dia 28. Desde o dia 24, começa o fuzilamento sumário dos revoltosos: o governo fala em 17 mil mortos, outras fontes em até 35 mil. Uma minoria (9.950 homens, 132 mulheres e 80 crianças) obtém o privilégio de comparecer aos conselhos de guerra, que decretam 270 condenações à morte e 7.523 à deportação.

Marx saúda a tentativa de "tomar o céu de assalto"

Termina assim, afogado em sangue, o primeiro e breve ensaio – apenas 74 dias – de um poder político dos trabalhadores. A burguesia européia – mesmo a mais liberal – aplaude a carnificina sem nenhum pudor. Já Marx e a Associação Internacional dos Trabalhadores (I Internacional) saúdam a ousadia dos comuneiros ao tentarem "tomar o céu de assalto". Marx estuda detidamente a experiência no livro *A guerra civil na França*, aprendendo com ela, especialmente, a necessidade da revolução "quebrar" a máquina estatal do velho regime, construindo um novo aparelho de Estado, com um novo conteúdo de classe.

A Comuna serve de batismo de fogo para a luta do proletariado. A onda repressiva se espalha por outros países e termina obrigando a dissolução da Internacional. Mas o heroísmo e a dignidade dos derrotados, em contraste com a sanha assassina dos vitoriosos, contribuem fortemente para lançar luz sobre "a guerra civil mais ou menos subterrânea" (palavras do *Manifesto* alemão) que é a luta da sociedade moderna.



O presidente do Partido Comunista do Brasil, João Amazonas, diz, nesta entrevista, quais são os objetivos da política neoliberal e aponta soluções para os problemas atuais, enfatizando que o socialismo é o sistema que substituirá as atuais fronteiras nacionais

A globalização está a serviço dos EUA

O que é globalização?

João Amazonas: Globalização é eufemismo de dominação do mundo pelos oligopólios e pela oligarquia financeira internacional. A concentração e a centralização do capital, que atingem altíssimos níveis, ditam a necessidade de alargamento e completo domínio do mercado mundial. Daí, a pressão cada vez mais forte no sentido da quebra das barreiras nacionais que impedem a expansão monopolista. John Kenneth Galbraith, célebre e insuspeito economista americano, foi preciso na definição do termo globalização. Disse: "esse é um termo que nós, os norte-americanos, inventamos para dissimular nossa política de avanço econômico em outros países e para tornar respeitáveis movimentos especulativos de capital".

Dá para escapar da globalização?

Amazonas: Em certo sentido, a "globalização" é uma lei objetiva do desenvolvimento do capitalismo. Vivemos a época das megafusões que se transformam em instrumentos poderosos de concentração de renda e alavancas do poder político. Por isso, há quem afirme ser esse processo irreversível. É uma visão unilateral. Porque não se trata de uma lei absoluta, mas tendencial. O que significa que haverá, inevitavelmente, crise do sistema e resistência, oposição decidida aos propósitos do capitalismo monopolista. Os trabalhadores e os povos lutarão em defesa dos seus direitos, contra a subordinação cada vez maior de seus países ao capital financeiro internacional. Penso que essa será a grande batalha do nosso tempo, que envolverá o mundo inteiro por um largo período.

Qual a alternativa para a globalização?

Amazonas: A alternativa definitiva será a mudança do sistema econômico-social predominante. Haverá, porém, alternativas emergenciais, transitórias, tais como: defesa do mercado nacional; política de desenvolvimento do país; combate às tremendas desigualdades sociais; contenção da sangria financeira que beneficia unicamente o capital especulativo; reforma agrária; ampliação e fortalecimento da democracia. Tudo isto no contexto da luta mundial

contra a "globalização" e o neoliberalismo em constante agravamento. Essas medidas transitórias, sustentadas por um governo de cunho popular, podem abrir caminhos novos à solução dos graves problemas que afetam o país.

O desemprego é um fenômeno estrutural da globalização ou apenas conjuntural, provocado pela situação específica do Brasil?

Amazonas: O desemprego é um fenômeno estrutural, produto do desenvolvimento do capitalismo. No mundo, hoje, segundo dados da Organização das Nações Unidas, há mais de um bilhão de desempregados e subempregados, 1/6 da população do planeta. No caso do Brasil, além de estrutural, é também fenômeno conjuntural. A política de "portas abertas", câmbio supervalorizado e juros altos do governo FHC leva à quebra geral, desestimula o desenvolvimento do país e provoca desemprego maciço.

O nacionalismo ainda tem vez no planeta globalizado?

Amazonas: O nacionalismo como concepção estreita do papel da nação em relação a outros países está condenado. Mas o nacionalismo como doutrina política que estimula o povo a construir uma grande e poderosa nação a serviço do progresso, da cultura, da paz mundial e do bem-estar de seus cidadãos continua válido, tem plena atualidade. O sentimento nacional continuará se fortalecendo ante a ofensiva da globalização neoliberal que tenta destruir a nação soberana, liquidar as conquistas democráticas alcançadas pelos trabalhadores e o povo. Chegará a época em que as fronteiras nacionais desaparecerão. Para isso é necessário substituir o sistema capitalista e buscar outra forma de organização da sociedade em nível mundial. Esta época está ainda distante.

Quais os resultados práticos da moda da privatização, que varreu o mundo, na era pós-Thatcher?

Amazonas: As privatizações nos países mais desenvolvidos não modificaram essencialmente o quadro econômico vigente. Em países como o Brasil, as privatizações afetam a economia, particularmente a soberania nacional. As empresas já



João Amazonas

privatizadas constituíam parte fundamental do patrimônio público construído com recursos próprios. Que resultou em proveito do país ou dinheiro conseguido com as privatizações? Literalmente, nada. Vendendo essas empresas, ficamos mais pobres e mais dependentes.

Se for necessário um pouco de inflação para fazer a economia crescer e criar empregos, essa estratégia seria recomendável?

Amazonas: Um pouco de inflação para a economia crescer... esse é um condicionamento forçado. O problema está mal colocado. A economia pode crescer sem inflação ou com pequena inflação. No Brasil houve período em que, com inflação, a economia cresceu e aumentou a demanda de trabalho assalariado. O desemprego não resulta de menor ou nenhuma inflação. O fim do desemprego depende de um índice maior de desenvolvimento do país, da realização de políticas industrial e agrária ajustadas à necessidade do progresso da nação.

O desenvolvimento é imprescindível para garantir a estabilidade econômica e financeira e para assegurar, de fato, o fim da inflação.

A estabilidade da moeda e da economia é um plano de governo ou uma conquista da sociedade? Dá para abrir mão da moeda forte, em nome do emprego?

Amazonas: De um ponto de vista geral, a estabilidade da moeda e da economia pode ser produto de um plano de governo e também uma conquista da sociedade. Concretamente, a atual estabilidade da moeda (e não da economia) é derivada de um plano ilusório de FHC, prejudicial ao país. Essa "estabilidade" vai gerando sério agravamento da crise social, com desemprego crescente, fome e miséria atingindo grande parte da população, além de provocar o endividamento intolerável do país, tornando mais vulnerável a economia brasileira. O montante de juros a pagar dessa dívida representa um fardo pesadíssimo no orçamento da República. Hoje, o Brasil trabalha e vende o que possui para pagar dívidas, que aumentam sempre mais. E a perspectiva que se desenha no horizonte financeiro é a do país entrar numa crise semelhante à que ocorreu no México e nos países asiáticos. Pode-se chamar a isso uma "conquista da sociedade?"

Qual é o papel do Estado no mundo contemporâneo?

Amazonas: O papel do Estado continua a ser o da defesa dos interesses da clas-

se ou classes sociais que representa. Presentemente, a ofensiva neoliberal do capitalismo monopolista tenta enfraquecer o caráter nacional do Estado, em particular nos países menos desenvolvidos. Prega o Estado "mínimo". Como a luta dos trabalhadores e dos povos em defesa de seus interesses é inevitável, trata de instituir sistemas "fechados" de governo, limitar ao máximo a representação popular nos órgãos e instituições políticas, e reprimir brutalmente o movimento social.

Qual é a nova face do socialismo, diante da realidade política atual?

Amazonas: O socialismo ontem, hoje e amanhã será sempre a expressão da luta pela construção de uma nova sociedade, antagônica ao capitalismo. Nas quatro/cinco décadas de vivência do socialismo, alcançaram-se êxitos históricos e cometeram-se também erros. A experiência acumulada mostra que a transição do capitalismo ao socialismo é um processo complexo e de larga duração. Os objetivos fundamentais não podem ser conseguidos em curto prazo. Tampouco a fase crítica, revolucionária, pode permanecer indefinidamente. Impõe-se a criação de instituições socialistas de massas, democráticas, dando forma legal à organização da sociedade. O socialismo não pode ter um rosto único em toda a parte. Tem-se que levar em conta as peculiaridades dos diferentes países, suas tradições, sua história, sua cultura. E igualmente o quadro político da situação mundial.

Domínio norte-americano no FMI

Carlos Pompe

O vice-secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Lawrence H. Summers, fez pronunciamento na Associação Nacional dos Governadores norte-americanos, tratando do papel e das tarefas do Fundo Monetário Internacional, FMI. Summers foi claro ao abordar a posição dos EUA no chamado mundo globalizado: "A tecnologia da informação e as competitivas finanças modernas estão nos levando rapidamente para a era pós-industrial. Seja a AIG no ramo de seguros, o McDonald's, a

Walmart no varejo, a Microsoft no software, a Universidade de Harvard na educação, as empresas que lideram são norte-americanas."

Sobre a crise asiática, o dirigente norte-americano disse: "Conter esses problemas é uma tarefa urgentemente importante para os Estados Unidos. Trata-se de salvaguardar os empregos norte-americanos, a poupança e a segurança nacional dos Estados Unidos."

Para Summers, "a Guerra Fria acabou, mas o mundo ainda é um lugar frágil. De muitíssimas maneiras — forças nacionalistas, frustração econômica, conflitos étnicos

incipientes, falta de instituições para unir as nações — a Ásia é semelhante à Europa em alguns momentos do início deste século. Encarada sob esta luz, uma forte resposta à crise, que seja capaz de impedir seu agravamento, é a defesa dos principais interesses dos EUA."

O dirigente dos EUA reclama que "o FMI precisa ser mais transparente e confiável", pregando descaradamente: "a maneira de avançarmos é fazer com que os Estados Unidos continuem a moldar a postura do FMI em relação à política econômica no mundo todo."*

UM QUARTO DE SÉCULO DO SALÃO DE PIRACICABA

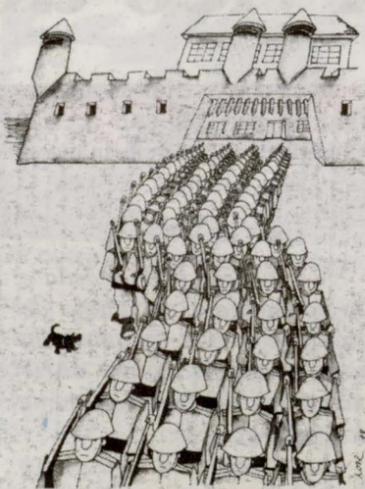
Gilberto Maringoni

Um dos principais eventos mundiais de desenho de humor mostra vigor, apesar da mesmice da imprensa brasileira.

O Salão Internacional de Humor de Piracicaba está completando 25 anos. “É o evento humorístico mais antigo do mundo ainda em funcionamento”, assegura o cartunista JAL, um dos organizadores e por várias vezes jurado do concurso.

A importância do acontecimento vai além do interesse apenas dos apreciadores da charge, da caricatura ou das histórias em quadrinhos, para ganhar um peso relevante no panorama cultural brasileiro. Isso, apesar da pouca importância que a imprensa lhe dedica.

Surgido em agosto de 1974, no início do governo Geisel, quando as perseguições e assassinatos eram norma nos órgãos de repressão, a censura à imprensa era oficial e a rígida clandestinidade era imposta às organizações populares, o Salão acabou por ser uma, dentre poucas válvulas de escape do período. Não à toa, o primeiro cartum premiado, de autoria do Laerte, mostrava o menino de um famoso



conto de Hans Christian Andersen – “A roupa nova do imperador” –, numa câmara de tortura, gritando desesperado “o rei estava vestido!”.

Por todo o restante dos anos 70, a tônica do Salão seria esta: imagens contundentes denunciando a falta de democracia no país. “Mas não foi a única característica da época”, lembra JAL. “Para quem começava a trabalhar na imprensa, para os novatos, foi uma oportunidade de encontrar e conhecer os artistas da geração anterior, a geração do jornal *Pasquim*, como Ziraldo, Zélio, Jaguar, Millor, Fortuna etc. Foi uma troca de experiências muito rica”, diz.

Tanto é verdade, que os artistas surgidos neste período, como o próprio JAL, hoje constituem referências para os que despontam. São nomes como Chico Caruso, Laerte, Angeli, Edgar Vasquez e muitos outros. O fôlego do Salão mostrou-se tão grande que, dois anos depois do seu nascimento, ele tornou-se internacional, recebendo trabalhos de todo o mundo.

Crise existencial

Na década seguinte, o concurso entrou numa séria crise existencial. Se a principal característica dos trabalhos anteriores era a denúncia da ditadura, após o seu fim deixou de existir uma tendência dominante nos trabalhos. A charge política perdeu terreno para a

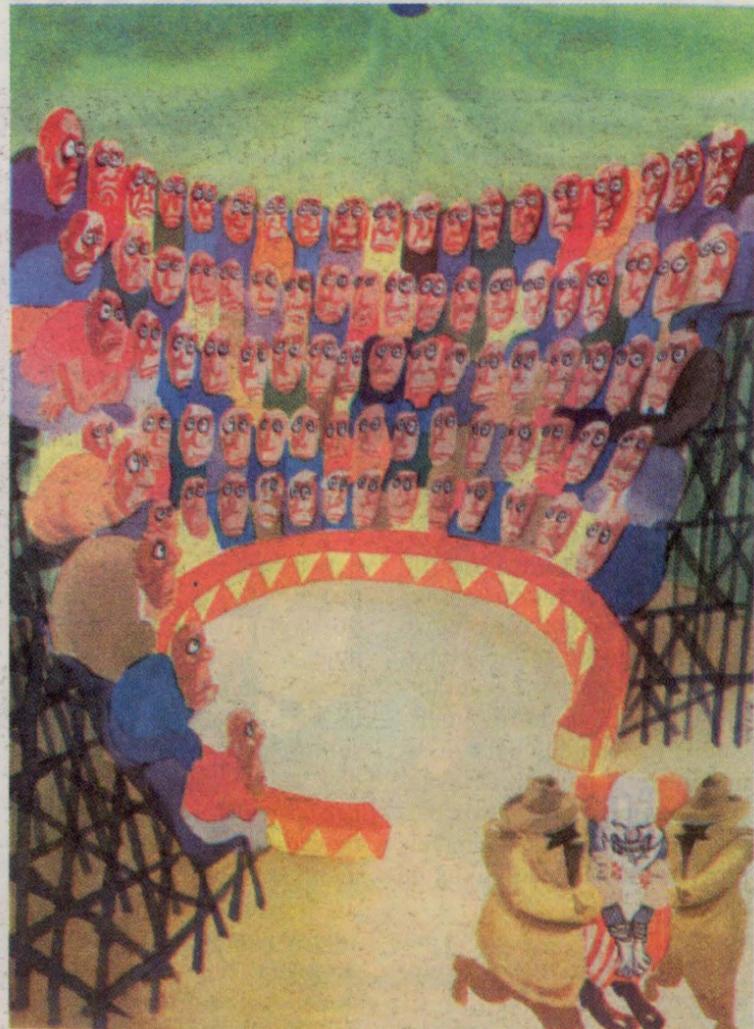
crítica de costumes, mas o fato da grande imprensa passar a defender apenas a agenda das classes dominantes – sem temas de interesse de outras parcelas da sociedade, a exemplo da censura nos anos anteriores – restringiu o espaço do desenho de humor nos jornais. A repercussão do que era exposto no Salão se reduziu enormemente. Ao mesmo tempo, o evento se abriu para outras áreas, como as histórias em quadrinhos.

Nestes anos 90, temos um panorama dubio. No início da década, o período da campanha pelo *impeachment* de Fernando Collor reavivou a crítica política na imprensa, mais pelos aspectos morais da vida política do que pelos reais interesses em jogo na disputa de projetos para o país.

Mas o advento da era FHC, com a falsa unanimidade construída pela mídia, fez mingua-rem os espaços críticos nas páginas de jornais e revistas, com raras exceções. Nunca o humor foi tão restringido na imprensa brasileira.

Paradoxalmente, o Salão se revigorou nestes anos. Não tanto pela contundência política, mas sim pela qualidade dos trabalhos centrados na área de comportamento e no apuro técnico obtido com os recursos quase que ilimitados da computação gráfica. “Hoje, a parte de quadrinhos do Salão, pelo seu nível, virou também uma referência internacional”, adverte JAL. Num país em que as grandes editoras, como Abril e Globo, esmeram-se, na maioria dos casos, em publicar o que de pior a indústria cultural americana produz na área de quadrinhos, é surpreendente conferir a qualidade do material de diversas partes do mundo que chega a Piracicaba.

Mesmo assim, o Salão busca novos caminhos. “Comemoramos os 25 anos institucionalizando o evento”, diz Zélio Alves Pinto, um dos idealizadores do primeiro Salão em 1974 e principal incentivador



de sua história. Para ele, é preciso pensar numa renovação total, para que uma atividade caracteristicamente marginal e

crítica das mazelas da sociedade, como o humor, não se amolde e se satisfaça com “o que o sistema oferece”.



25º Salão Internacional de Humor de Piracicaba
De 29 de agosto a 4 de outubro,
no Engenho Central, Piracicaba – SP
www.unimep.br/humorpira

IMPRESSO

CEP 01318-020 - São Paulo - SP

Rua Adoniram Barbosa, 53 - Bela Vista

Tel.: (011) 3104 4100



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

